

FUNCIONAMENTO DOS NOMES PRÓPRIOS¹

Sandra raquel de Almeida Cabral Hayashida²

Gleide Amaral dos Santos³

Período de recebimento dos textos: 01/02/2014 a 30/03/2014.

Data de aceite: 30/04/2014.

Resumo: Os nomes produzem um efeito de estabilidade, de unicidade, como se eles apenas servissem para referenciar lugares, pessoas e instituições. Neste trabalho, propomo-nos a pensar os nomes próprios das escolas do município de Cáceres-MT para mostrar que o processo de nomeação das instituições educacionais vai muito além do que simplesmente especificar uma escola. O processo de nomeação está relacionado com a história da sociedade, de seus sujeitos e de suas instituições, por isso os nomes são carregados de sentidos.

Palavra-Chaves: Semântica, Acontecimento, Nomes próprios, nome de escolas.

Abstract: The names produce an effect of stability, uniqueness, as if they serve only to cite places, people and institutions. In this work, we propose to think of the schools in the city of Cáceres-MT proper names to show that the process of appointment of educational institutions goes far beyond simply specify a school. The nomination process is related to the history of society, their subjects and their institutions, so the names are loaded meanings.

Keywords: Semantics, Event, Forenames, name schools.

¹Uma primeira versão desse trabalho foi apresentada no livro: *Linguagem e História - Múltiplos territórios teóricos*, organizado por DI RENZO, Ana Maria [et. al.]. Campinas: Editora RG, 2010. A partir de uma releitura do processo de nomeação, retomamos aqui essa discussão ampliando nossa reflexão sobre o funcionamento dos nomes próprios.

² Professora do Departamento de Letras da Unemat/Campus Universitário de Cáceres. Doutora em Linguística pela Unicamp, pesquisadora do CEPEL.

³ Professora do Departamento de Letras da Unemat/Campus Universitário de Cáceres. Doutora em Linguística pela Unicamp, pesquisadora do CEPEL.

Neste trabalho, em que tomamos como objeto de nossa reflexão o estudo dos nomes dados às escolas de Cáceres-MT, buscaremos compreender a significação desses nomes a partir da análise da relação do linguístico com o real da história, sua realidade simbólica.

Para a constituição do *corpus* utilizamos os nomes das escolas, fornecidos pelas secretarias municipal e estadual de ensino e o Mapa nº 8 - Instituição de Ensino - de 2007, com a localização das escolas de Cáceres, onde constam, ao todo, 79 escolas das esferas federal, estadual, municipal e particular. Nas relações de escolas, constam 1 federal, 30 estaduais, 5 particulares e 29 municipais, sendo que 10 delas são núcleos que abarcam 24 escolas rurais.

Primeiramente, abordaremos a perspectiva teórica à qual nos filiamos, a *Semântica do Acontecimento*, pela possibilidade que nos oferece de analisar a língua como uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas historicamente e, posteriormente, analisar o nome das escolas como o lugar de materialidade desses funcionamentos.

Em *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2002) desenvolve uma análise enunciativa sobre a nomeação dos nomes próprios. Segundo o autor, pensar o nome próprio é pensar em um nome único para um objeto único, por isso dá-se a impressão de uma relação de particularidade, unicidade. No entanto, considerando a noção de enunciação da Semântica Histórica da Enunciação, o autor propõe um estudo que leve em conta a relação do funcionamento da língua com suas condições sócio-históricas.

O nome próprio de pessoa, que *a priori* se apresenta como único para particularizar uma pessoa é uma construção. As nomeações se formam, inicialmente, a partir da combinação de nomes e sobrenomes, citando como exemplo o nome *João Belchior Marques Goulart*. Sobre a formação desse nome diz Guimarães (2002, p. 34):

Há que se considerar aqui que nome e sobrenome podem ter uma relação de determinação interna através de um procedimento de aposição de um nome ou sobrenome ao outro. Ele diz que este João Belchior é um Marques Goulart. É da Família Marques Goulart. Ou seja, o funcionamento do nome próprio de pessoa é construído por uma determinação.

Para Guimarães (2002), o nome próprio de pessoa é constituído morfossintaticamente e se dá por relações de determinação. Essa determinação acaba especificando alguma coisa sobre o que está sendo nomeado, bem como mostra modos de nomear alguém. A relação entre nome e sobrenome se dá por justaposição quanto por meio de preposição, ou ainda articulado por uma conjunção, como em *Antônio Cândido de Melo e Souza*. Essas observações levam o autor a considerar

que o nome próprio de pessoa é, na nossa sociedade, uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome, o que já nos afasta de posições estritamente referenciais ou cognitivas no estudo do nome próprio.

A nomeação de pessoas na nossa sociedade resulta da construção de relações semânticas de determinação e se dá em espaço de enunciação em que o Locutor-pai e o Locutor responsável pelo registro são falantes da Língua Portuguesa, a Língua Oficial do Estado. Pensando nesse espaço de enunciação, Guimarães propõe-se a refletir sobre o funcionamento semântico-enunciativo dos nomes próprios. Para ele, o ato de nomear alguém na nossa sociedade é atribuição jurídica do pai, e dar um nome é identificar um indivíduo biológico e torná-lo sujeito, tanto no aspecto jurídico como social. A escolha do nome aparentemente determinada pelo pai, é determinada sócio-historicamente. O processo enunciativo da nomeação, para Guimarães (2002), envolve lugares de dizer diferentes, dessa forma uma enunciação que nomeia pode rememorar enunciações diversas. Há outro processo de nomeação dos pais, que pode funcionar como renomeação, ao substituir parte do nome, mantendo o prenome e o sobrenome, de modo a silenciar outros nomes, como por exemplo, *Getulio*

Dornelles Vargas, nome dado pelo lugar do pai e que se modifica socialmente, mantendo apenas *Getúlio Vargas*. Outro aspecto abordado pelo autor é que a enunciação de nome próprio produz um efeito de unicidade, dando a impressão de ser um nome único como resultado do cruzamento de lugares enunciativos diferentes. Sobre isso, diz:

[...] nomear uma pessoa é uma enunciação que funciona por um processo de determinação semântico-enunciativo em virtude de se dar no interior do processo social de identificação, mas que, ao apagar, pela representação do enunciador, o lugar social de locutor, se mostra como meramente referencial. Este apagamento do locutor-x (lugar social da enunciação) se dá porque o Locutor não sabe que fala de uma posição ideológica de sujeito. A referencialidade do nome próprio é produzida por este apagamento em virtude deste esquecimento (GUIMARÃES, 2002, p. 41).

Então, nomear se dá em um espaço de enunciação que funciona por um processo de determinação semântico enunciativo.

Nome de Escola

A partir dos estudos da Semântica do Acontecimento buscamos refletir a seguir sobre o processo de nomeação dos nomes das instituições de ensino de Cáceres.

Na Resolução n. 384/04 do Conselho Estadual de Educação em Mato Grosso, que fixa normas para a oferta da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, estabelece no Art. 9º que o processo para criação de escolas públicas e privadas deve conter uma série de documentos, dentre eles, a *Biografia do Patrono ou histórico da denominação escolhida* (inciso VI). Como se pode observar nesse inciso, é a mantenedora que escolhe o nome da escola e deve justificar essa escolha. Não se observa aqui nenhuma orientação mais específica sobre modos de nomear, embora na expressão *Biografia do Patrono* verificamos que o nome da escola pode se dar por meio de nome próprio de pessoa.

No entanto, em normativa anterior, a Resolução 150/99 – CEE, que determina a adaptação da legislação educacional às disposições da Lei nº 9394/96 e da Lei Complementar nº 49/98, percebemos que o discurso oficial estabelece uma orientação às instituições quanto ao procedimento de escolha das nomeações, conforme descrito a seguir:

Art. 56. Compete à Mantenedora adequar a denominação da unidade escolar, valendo ressaltar que não há necessidade de constar o nível e etapas que a instituição oferece.

Parágrafo único. **A denominação pode ser nome de pessoa, sigla, datas memoráveis ou nome fantasia e, quando alterada por ato da mantenedora, deverá ser comunicada a este Conselho, para os efeitos cadastrais e legais.** (Resolução 150/1999 - CEE) (grifos nossos).

A partir dessas observações, podemos dizer que as cenas enunciativas em que se dá a nomeação de escolas se dão no espaço enunciativo da Língua Oficial do Estado, da língua nacional. Nesse espaço de enunciação, a mantenedora nomeia a escola determinada juridicamente pelo Conselho Estadual de Educação. O artigo 56 estabelece que a mantenedora ao nomear a escola, deve-se adequar o nome da unidade escolar ao que determina a Resolução que pode ser: nomes *de pessoa, sigla, datas memoráveis ou nome fantasia*. A escolha do nome, conforme vimos em Guimarães (2002), é determinada sócio-historicamente, e nessa direção pode-se dizer, então, que historicamente a sociedade ao nomear a instituição escolar mantém uma certa regularidade produzindo pela Resolução 150 do CEE que acabou determinando por um certo tipo de nomeação e não de outra.

A seguir, buscamos analisar os nomes das instituições educacionais a partir dos seguintes aspectos: estrutura morfossintática, funcionamento semântico-enunciativo e determinações interdiscursivas.

Estruturas Morfossintáticas

Para Guimarães (2002), o estudo dos nomes começa pela observação do funcionamento morfossintático, procurando perceber o modo como esses nomes se constituem. Nesse sentido, os nomes das escolas de Cáceres são constituídos de:

- a) Nomes próprios de pessoas: *Esperidião Marques; Tancredo Neves; Paulo Freire; Vera Lúcia Baldo; Anália Franco;*
- b) Nomes próprios de pessoas determinados por titulação: *Duque de Caxias; Desembargador Gabriel Pinto de Arruda; Dr. José Rodrigues Fontes; Dr. Leopoldo Ambrósio Filho; Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha; Prof.^a Isabel Campos; Senador Mário Mota; Frei Ambrósio; Dom Máximo Biennês; Professor Demétrio Costa Pereira.*
- c) Nomes próprios de pessoas ligados por preposição: *Raquel Ramão da Silva; Lázara Falqueiro de Aquino.*
- d) Nomes próprios precedidos de “Santa” e “São”: *Santa Maria; São Luiz; São Francisco; Santo Antônio do Caramujo.*
- e) Sintagmas ligados por conjunção: *União e Força; União e Trabalho*
- f) Sintagmas nominais seguidos de uma determinação: *Jardim Paraíso; Criança Cidadã; Vitória Régia; Gotinhas do Saber, Imaculada, Conceição; Educação Infantil.*
- g) Sintagmas verbais: *Brincando e Aprendendo; Fazendo Arte; Buscando o Saber.*
- h) Numeral seguido de sintagma preposicionado: *Onze de Março; 16 de Março.*

A estrutura morfossintática dos nomes de escolas apresenta-se de forma bastante diversa. Observamos inicialmente que as nomeações podem ocorrer por meio de nomes próprios, nomes comuns e numerais. Os nomes

próprios aparecem sem titulação como *Paulo Freire* (a), com titulação como *Dr. José Rodrigues Fontes* (b), ligados por preposição, a exemplo de *Lázara Falqueiro de Aquino* (c), antecidos por substantivo *santo(a)* e *são* como *Santa Maria* e *São Luiz* (d), e por meio de nomes comuns, como os sintagmas ligados por conjunção como em *União e Força* (e); sintagma nominal seguido de determinação, como *Jardim Paraíso* (f); sintagma verbal a exemplo de *Fazendo Arte* (g); numeral seguido de sintagma preposicionado e o caso de datas como *Onze de Março* (h).

O funcionamento semântico-enunciativo e as determinações interdiscursivas

Neste item vamos mostrar como os nomes de escolas vão se constituindo em sua relação social e histórica.

1. Pode-se observar que as escolas nomeadas com nomes de pessoas (a) destacam-se por nomes memoráveis como é o caso de *Esperidião Marques*. No discurso historiográfico, essa nomeação foi dada pelo Governador do Estado, ao engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques, por meio do Decreto 659, de 05/06/1924, para homenageá-lo por sua dedicação ao magistério secundário no estado.

Ressalta-se que a *Escola Estadual Esperidião Marques* é uma das escolas mais antigas de Cáceres. Foi criada em 1912 com a denominação de *Grupo Escolar Costa Marques*, homenageando o presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques (FERREIRA MENDES, 1998). Os grupos escolares foram construídos para agrupar escolas e classes que funcionavam separadas e espalhadas, de forma seriada, em distritos onde havia mais de seis escolas primárias, e faziam parte do considerado *modelo de educação para o século XIX*, cujos ideais chegaram a Mato Grosso a partir de 1910.

Podemos observar que o nome atual dessa escola, *Esperidião Marques*, é uma enunciação que retoma duas outras enunciações, a enunciação que nomeou alguém como *Esperidião da Costa Marques* e a enunciação como esse alguém ficou conhecido em sua vida pública *Esperidião Marques*. A segunda nomeação que nomeia a escola se dá incluindo uma história de enunciações que reduziu o nome *Esperidião da Costa Marques* a *Esperidião Marques*.

Na perspectiva teórica que adotamos, a mudança do nome acontece conforme a posição do sujeito no discurso, e, nesse sentido, o processo de nomeação do *Grupo Escolar Costa Marques*, nome inicial, se dá pela posição-sujeito fundador em homenagem ao memorável presidente do Estado, parceiro na criação da escola. A enunciação que nomeia a escola é determinada pelo discurso político. A nomeação *Esperidião Marques*, no entanto, se dá pela posição-sujeito governo que homenageia uma figura regional, importante para a educação do Estado. Nesse caso, observamos que o processo de nomeação *Esperidião Marques* foi determinado pelo poder político da autoridade máxima do Estado que nomeia o que é da ordem de um memorável regional.

Nas nomeações como as de *Vera Lígia Baldo* (a) e *Raquel Ramão da Silva* (b) são enunciações que homenageiam as professoras que se destacaram nas comunidades onde as escolas estão situadas. Observamos que a enunciação que nomeia recorta uma história de heroísmo dessas docentes para as narrativas locais, operando como determinante na constituição dos nomes dessas escolas.

O funcionamento dessas nomeações, entretanto, se diferencia de nomes como *Paulo Freire* (a), que retoma duas enunciações, a enunciação primeira que o nomeou como Paulo Reglus Neves Freire e uma outra que o renomeou de *Paulo Freire*. Essa enunciação recorta uma história que o consagrou como educador e escritor brasileiro e o coloca como memorável no rol de personagens importantes da história da educação brasileira. Essa escola

localiza-se no Assentamento Nova Conquista, na Fazenda Paiol. A posição-sujeito que nomeia a escola é atravessada ideologicamente pelo movimento social constituído, historicamente, pelos moradores do Assentamento. Pode-se perceber, na discursividade dessa enunciação, que o discurso socialista é que determina a nomeação da escola.

2. Guimarães (2002), ao analisar os nomes de ruas constituídos por nomes próprios de pessoas determinados por titulação, explica que a enunciação que retoma o nome, retoma a enunciação que nomeou alguém e a nomeação que lhe deu um título. Essa observação aplica-se também aos nomes de escolas com titulação (b).

No *corpus* analisado, percebe-se, no processo enunciativo, o atravessamento do discurso da nacionalidade, a exemplo de *Duque de Caxias*, querecorta a história do estadista que se tornou o símbolo do soldado brasileiro, um herói nacional.

A enunciação que nomeia *Frei Ambrósio* e *Dom Máximo Biennês*, retoma como memoráveis bispos que atuaram em Cáceres. O último chegou a conduzir a Diocese de Cáceres por 30 anos, sendo considerado o responsável pela construção da Catedral São Luiz, um patrimônio histórico da cidade.

Dos nomes próprios com titulação destacam-se também nomes memoráveis que reportam à história local, como são os de *Dr. José Rodrigues Fontes*, *Dr. Leopoldo Ambrósio Filho*. A enunciação dessas nomeações destaca o passado que consagrou esses nomes como grandes homens de uma história local. O primeiro, segundo Ferreira Mendes (1992), foi engenheiro, geógrafo, vereador em Cáceres em três legislaturas e prefeito por cinco vezes. O segundo foi médico, ex-prefeito da cidade, oficial militar e fundador do Hospital São Luiz (idem).

A escola *Professor Demétrio Costa Pereira*, uma das mais antigas do município, foi fundada em 1901, por iniciativa particular do próprio professor.

Assim, em uma segunda enunciação, a nomeação inicial inclui a outra que lhe atribui uma titulação. Mais tarde essa escola foi encampada pelo Governo do Estado, mas o nome foi mantido. Em todos esses casos, o que determinou essas discursividades foi o discurso de homenagem e reconhecimento.

3. Em relação à escola *Lázara Falqueiro de Aquino*, trata-se de nomeação constituída de nome próprio de pessoa ligado por preposição (c). Verificamos que o processo de nomeação obedece a um outro funcionamento interdiscursivo, uma vez que homenageia a mãe de um dos financiadores da escola, prevalecendo nesse modo de nomear a determinação econômica.

4. A enunciação que nomeia escolas com nome próprio precedido de substantivo “santo(a)” ou “são” como a escola *São Luiz* (d) tem uma determinação religiosa e se marca pela presença da Igreja na questão educacional. Essa nomeação aciona o memorável do santo padroeiro da cidade. Interessante observar que *São Luiz* é definido como rei, estadista, legislador, herói e santo, conhecido também como São Luiz de França, São Luiz IX. A enunciação que nomeia a escola de *São Luiz* se marca por uma posição-sujeito religioso, devoto do santo padroeiro da cidade. Como diz Karim (2001), a comunidade, ao escolher um nome de um santo, o faz da posição sujeito-fiel. Desse mesmo modo percebe-se o funcionamento dos nomes de outras escolas na cidade como: *Santa Maria*, *São Francisco*; *Santo Antônio do Caramujo*. Esta última enunciação evoca além do memorável, o nome da localidade da escola.

5. Em nomeações constituídas de sintagmas ligados por conjunção como *União e Força* e *União e Trabalho* (e) observa-se uma questão bastante interessante como se vê a seguir. A escola *União e Força* é localizada na zona urbana da cidade e *União e Trabalho* é localizada na zona rural. A enunciação que nomeou a escola *União e Força* reporta a outras duas enunciações ditas em outro acontecimento discursivo. Essa escola está ligada à história de uma loja

da maçonaria com o mesmo nome, que se situa no mesmo prédio. Por outro lado, o nome da escola faz menção ao discurso do dito popular *A união faz a força*. Nesse sentido o nome da loja maçônica e o dito popular ao serem enunciados em uma nova enunciação, no nome da escola, fazem emergir o interdiscurso, fazendo significar os sentidos postos em funcionamento pelo nome dado à escola. Pode-se perceber que o encontro dessas outras discursividades são determinantes para a constituição do nome da escola, tanto a institucional – da maçonaria – quanto a do discurso popular – do dito popular.

Verificamos que o processo enunciativo da nomeação da escola *União e Trabalho*, do Assentamento Sadia, se dá de modo diferente. *União e Trabalho* produz um deslizamento de sentidos com o dito popular *união e força*, modificando o dizer de *força* para *trabalho*. Percebe-se, na enunciação que deu o nome da escola, uma injunção com o discurso do MST, por compreender que desse lugar *força* significa *trabalho*, de outro modo significa luta pela terra. Nesse caso, o discurso socialista determina a enunciação que nomeou a escola *União e Trabalho*.

6. No caso de nomeações constituídas de sintagma nominal (f) verificamos três modos de funcionamento. O primeiro constituído de nomes como *Jardim Paraíso*, essa enunciação recorta um acontecimento memorável da história do cristianismo, pois, o paraíso, segundo a Bíblia, é o *Jardim do Éden*, lugar onde Deus, o criador, colocou as suas criaturas, Adão e Eva, os primeiros habitantes da terra. Assim, ao retomar o *Jardim do Éden* como memorável, a enunciação que nomeia a escola *Jardim Paraíso* faz uma nova reconfiguração, significando de modo diferente, uma vez que a escola, que se institui para crianças em formação, como um paraíso infantil. Observa-se nessa enunciação que o que está determinando o funcionamento da nomeação é o discurso religioso. Isso não ocorre, por exemplo, com a escola *Criança Cidadã*

que traz em sua determinação uma questão política na formação da criança, como sujeito de direitos e deveres na sociedade.

Alguns desses sintagmas nominais reportam a nomes do bairro em que a escola está inserida, como é o caso de *Vitória Régia*, *Laranjeira*, *Garcês*, *Clarínópolis*. Esse modo de dizer produz um efeito de pertencimento a uma dada localidade, dizendo que a escola é daquela comunidade e não de outra. Como observa Martins e Silva (1998), ao analisar os nomes de bairros, os nomes *Vitória Régia* e *Laranjeira* são nomes que se constituem por uma discursividade que valoriza o ambiente natural, determinado pelo discurso ecológico. Percebe-se, na enunciação que nomeou a escola com o mesmo nome do bairro, a presença não só do discurso ecológico, como também do discurso de posse, de pertencimento.

7. Nos nomes de escolas formados por sintagmas verbais (g) percebemos uma particularidade bastante distinta que se diferencia das demais escolas. São nomeações constituídas por nomes que estabelecem relação com discursos acadêmico-pedagógicos, marcando desse modo a ênfase que a escola se propõe a dar ao ensino em seu projeto político pedagógico. Por exemplo, as escolas *Brincando e Aprendendo* e *Fazendo Arte* parecem estabelecer relação com o discurso contemporâneo das novas tecnologias de ensino aprendizagem, que se pautam pelo lúdico. Outros nomes significam em relação à concepção construtivista como a escola *Buscando o Saber*. Nessas discursividades percebemos um apagamento na enunciação que nomeia a escola, da perspectiva tradicional de ensino em que o saber é concebido como pronto e deve ser repassado ao aluno, ao mesmo tempo em que procura dar visibilidade a uma perspectiva contemporânea, que concebe o saber como algo em movimento – por isso talvez o uso do gerúndio – um conhecimento que está em construção. Com isso, pode-se dizer que a enunciação do nome da escola foi determinada pelo discurso teórico-acadêmico.

8. Encontram-se, entre as enunciações dos nomes das escolas de Cáceres, duas constituídas de numeral seguido de sintagma preposicionado (h). Essas nomeações se marcam por serem constituídas de datas: *Onze de março* e *16 de Março*. Essas datas, ao contrário do que observa Guimarães (2002) em nomes de ruas, não se reportam a datas históricas do Brasil, como *15 de Novembro* e *7 de Setembro*, que evocam a Proclamação da República e a Independência do Brasil, respectivamente. No caso da nomeação de *Onze de Março*, o nome rememora outras enunciações, pois, homenageia a data de nascimento do fundador da escola, Capitão Cândido Nunes da Silva.

Conforme relata Ferreira Mendes (1992), o Capitão Cândido Nunes da Silva havia criado uma escola particular em 1947, que, posteriormente, foi encapada pelo Governo do Estado, em 1948, e transformada em *Ginásio Onze de Março*, trazendo para Cáceres o ensino secundário nos padrões dos programas oficiais do país. Conta ainda o historiador que, em 1964, foi elevada à categoria de colégio, recebendo uma nova nomeação *Colégio Estadual Onze de Março – CEOM*. Hoje se denomina *Escola Estadual de 1º e 2º Graus Onze de Março – EEOM*, embora permaneça na memória coletiva a sigla CEOM, para designar a maior escola pública de Cáceres.

Quanto à *Escola 16 de Março*, localiza-se no Assentamento Sadia II, hoje Distrito de Nova Cáceres. O nome da escola marca a data da 1ª reunião para se criar o assentamento, ou seja, adotar a data como nome de escola reporta a uma luta coletiva de um movimento social pela busca da terra e pelos direitos à cidadania, tornando-se uma data memorável pelas lutas locais.

Considerações finais

Pensar sobre o sentido a partir do domínio da *Semântica do Acontecimento* é refletir sobre a enunciação em relação a sua exterioridade constitutiva. Pode-se compreender, neste estudo, que os sentidos não são

transparentes, e que os sujeitos não têm controle do seu dizer. Os nomes das instituições de ensino, aqui analisadas, servem para, além de identificar a instituição entre tantas outras que constituem o sistema de ensino público e particular do município de Cáceres, dar visibilidade aos sentidos e às determinações históricas de que esses nomes estão carregados, embora o nome produza o efeito de sentido aparentemente estabilizado.

Com esse estudo, pudemos passear por uma multiplicidade de sentidos das instituições escolares do município e com isso compreender que a nomeação se dá entre os sujeitos afetados pela língua, pelos lugares sociais em relação ao interdiscurso. Desse modo, como se viu, os nomes das instituições educacionais se constituem de modo diferente, uma vez que são atravessadas por outras discursividades. Esperamos trazer, com o estudo sobre o processo de nomeação das escolas, alguns elementos para se pensar a linguagem e a história no espaço da cidade de Cáceres.

Referências

- FERREIRA MENDES, Natalino. **História de Cáceres**. Cáceres-MT, 1978.
- _____. **Efemérides cacerenses**. Cáceres-MT, Volumes I e II, 1992.
- _____. **Memórias cacerenses**. Cáceres-MT, 1998.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- KARIM, Taisir Mahmudo. Em se falando de Igrejas... In: **Revista de Estudos Acadêmicos**. N° 005. Cáceres-MT: Departamento de Letras/Unemat, 2001.
- MARTINS E SILVA, Vera Regina. **A Significância da Designação**. Trabalho desenvolvido na disciplina de Tópicos em Semântica do Doutorado em Linguística/Unicamp, 1998.
- PEREIRA LEITE, Luís Phillipe. **Vila Maria dos meus maiores**. São Paulo, 1978.

ZATTAR, Neuza. Era uma vez nome de ruas... In: **Revista de Estudos Acadêmicos**. N° 004. Cáceres-MT: Departamento de Letras/Unemat, 2000.

Documents Consultados

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 384/2001.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 150/1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO N° 9394/1996.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO LEI COMPLEMENTAR N. 49/1998.

Cooperativa Mista do trabalho interdisciplinar Ltda. Mapa n° 8 - Instituição de Ensino - de 2007 -do planejamento urbano de Cáceres em 2007.